

Entre o “bem viver” e “viver na caixinha” – Conflitos ontológicos no Morro Santana, em Porto Alegre, RS

Between “living well” and “living in a box” – Ontological Conflicts in Morro Santana, Porto Alegre, RS

Entre el “buen vivir” y “vivir en la cajá” – Conflictos ontológicos en Morro Santana, Porto Alegre, RS

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.41111>

 **Luís Gustavo Ruwer da Silva**

Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em sociologia da mesma instituição. Integrante do Programa de Extensão Preserve Morro Santana (@preservemorrosantana). E-mail: gustavo.ruwer@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo busca discutir a multiplicidade que constitui o que se chama de “Morro Santana”, uma região da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Através da construção de diferentes desenhos ontológicos – ambiental, periférico e ancestral Kaingang –, busca-se compreender a multiplicidade desse(s) território(s). Como parte de um processo de pesquisa mais amplo, o estudo propõe reflexões preliminares sobre como os conflitos territoriais, urbanos e ecológicos podem ser entendidos como conflitos ontológicos. Através dessa abordagem, que aproxima a discussão ontológica das questões urbanas, o artigo explora as interações complexas e as dinâmicas de poder presentes no Morro Santana. O foco recai nas práticas cotidianas que moldam ativamente o território, em vez de considerá-lo apenas como uma entidade observada.

Palavras-chave: Morro Santana, território, ontologia, periferias.

ABSTRACT

This article aims to discuss the multiplicity that constitutes what is referred to as “Morro Santana”, a region in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Through the construction of different ontological frameworks – environmental, peripheral, and Kaingang ancestral – we seek to comprehend the multiplicity of this territory or territories. As part of a broader research process, the study offers preliminary reflections on how territorial, urban, and ecological conflicts can be

understood as ontological conflicts. Through this approach, which brings ontological discussions closer to urban issues, the article explores the complex interactions and power dynamics present in Morro Santana. The focus lies on the everyday practices that actively shape the territory, rather than considering it merely as an observed entity.

Keywords: Morro Santana, territory, ontology, peripheries.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la multiplicidad que constituye lo que se conoce como “Morro Santana”, una región en la ciudad de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A través de la construcción de diferentes marcos ontológicos – ambiental, periférico y ancestral Kaingang – buscamos comprender la multiplicidad de este(s) territorio(s). Como parte de un proceso de investigación más amplio, el estudio propone reflexiones preliminares sobre cómo los conflictos territoriales, urbanos y ecológicos pueden entenderse como conflictos ontológicos. A través de este enfoque, que acerca las discusiones ontológicas a las cuestiones urbanas, el artículo explora las complejas interacciones y dinámicas de poder presentes en Morro Santana. El enfoque se centra en las prácticas cotidianas que moldean activamente el territorio, en lugar de considerarlo simplemente como una entidad observada.

Palabras clave: Morro Santana, território, ontologia, periferias.

Introdução

Este artigo propõe algumas reflexões, ainda preliminares, no sentido da compreensão de conflitos (territoriais, urbanos, ambientais) como conflitos ontológicos. O artigo foi desenvolvido a partir de formulações parciais de uma dissertação de mestrado em andamento, baseado na experiência vivida pelo autor em seu local de moradia – o território do Morro Santana, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O estudo visa abranger o cenário de inter-relação das cidades com o ambiente, buscando superar a “ontologia dualista” que separa natureza e sociedade (Quijano, 2005:122). Escobar (2017:35-36) reconhece também que a separação entre o urbano e o rural é “espúria”, apesar disso o lugar da questão urbana ainda é um dos “calcanhares de Aquiles” da virada ontológica, devido a uma certa “ruralização” desses estudos. Portanto, esse estudo pretende aproximar a discussão ontológica, das questões urbanas e das periferias.

O artigo embasa-se, em partes, no trabalho de conclusão de curso já publicado pelo autor (Silva, 2021), articulado com formulações parciais da dissertação de mestrado em andamento. Em meu TCC, analisei conflitos socioambientais envolvendo a especulação imobiliária e a população do Morro Santana. O estudo apresentou reflexões acerca das condições de precariedade no território, articulado à compreensão dos impactos locais da crise ambiental global na realidade das periferias brasileiras. Abordou problemáticas relacionadas à precária distribuição dos serviços públicos (água, saneamento básico, saúde pública etc.) e a inter-relação desses problemas estruturais com eventos climáticos (ondas de calor, queimadas, alagamentos etc.). Além disso, foi proposta a reflexão a respeito das formas encontradas pelos moradores para contornar tais efeitos, buscando compreender as estratégias, as resistências e as mobilizações empregadas (Silva, 2021). Entretanto, esta pesquisa que teve início anos antes, em meados de 2016, num percurso em que, muitas vezes, misturam-se trajetórias de vida cotidiana, acadêmica e militante imersas nesse universo empírico.

Por meio da construção do programa de extensão Preserve Morro Santana, participei da construção cotidiana do “campo” (se é que podemos chamar assim), buscando produzir conhecimento a partir de experiências em iniciativas articuladas com os territórios e com as pessoas que os habitam. O nascimento de uma retomada indígena a três quadras da minha casa, em outubro de 2022, foi um acontecimento que possibilitou meu convívio cotidiano com os novos vizinhos (re)territorializados. A partir daí, a cacica e *kujà*¹ do povo kaingang Iracema Gah Té tornou-se uma fundamental co-orientadora desta trilha de pesquisa. Ao longo desse percurso, fui influenciado por

1 De acordo com Marechal e Hermann (2018) “o conceito de *kujà* se refere às lideranças espirituais kaingang. O termo é comumente traduzido pelos Kaingang como “pajé”. Ele faz referência a uma matriz de saberes e conhecimentos ancestrais praticados por essas lideranças, vinculada principalmente à relação com a floresta, os sonhos e o mundo subterrâneo dos mortos”.

algumas propostas metodológicas conceituadas como: pesquisa-ação; pesquisa-intervenção; investigação-militante; etc. Nessa abordagem, busquei articular o tripé extensão-pesquisa-ensino, num movimento em que a extensão é o ponto de partida - não de chegada - e apostando em “estratégias de pesquisa que acompanhem os movimentos do desejo” (Paulon; Romagnoli, 2010:90). Para tal, foram utilizadas ferramentas do dia a dia, presentes em qualquer interação social: a minha presença, enquanto corpo e afetos, em diferentes situações, tanto em reuniões e atividades públicas, quanto em situações informais típicas do cotidiano. Ademais, para complementar essa experiência de presença corporal-afetiva, mobilizei o uso de entrevistas semiestruturadas com moradores do território, além de recursos audiovisuais (fotografias, vídeos, áudios) como ferramentas processuais que evidenciam as diferentes formas de praticar e co-criar o(s) Morro(s) Santana.

Os principais referenciais teóricos operados no trabalho estão ligado à articulação entre a *virada ontológica* e o *giro (multi)territorial* na América Latina. O primeiro campo se caracteriza pelo questionamento aos estatutos ontológicos da humanidade e da animalidade, trazendo à tona, o papel da agência dos animais e outras entidades da natureza (Sá Junior, 2016:12-13). Já o segundo campo, mobilizado de forma complementar, propõe a categoria território como dispositivo estratégico na resistência de vários grupos sociais subalternos em lutas “por território” (Haesbaert, 2021:131). Dialogando com essas duas perspectivas teóricas (virada ontológica e giro multiterritorial), Escobar (2015) defende uma concepção de “ontologização do território”, por via da qual os territórios apresentariam um caráter múltiplo, da coexistência entre entidades/mundos.

Partindo desse referencial teórico-metodológico, busquei avançar também na direção de uma concepção de território como categoria da prática, aproximada da realidade das lutas sociais e comunitárias, percorrendo e vivenciando diferentes territorialidades. Percebi múltiplos ‘Morro Santana’ produzidos a partir de diferentes práticas concretas, que ora se acomodam, ora conflitam, atravessando, constituindo (e sendo constituídas por) diferentes ontologias. De modo incipiente, a pesquisa de Saldanha (2015) havia levantado questionamento semelhante, ao reconhecer o Morro Santana como ícone de um “espaço plural”, no qual existem diferentes espaços “em um mesmo espaço”, ou que assume distintas existências de acordo com cada “ponto de vista” (Saldanha, 2015:122):

Temos o Morro Santana espaço da cidade, temos o Morro Santana enquanto “área verde”, a partir deste temos o Morro Santana “área de preservação ambiental” e temos o Morro Santana enquanto “imóvel”, enquanto propriedade, e enquanto “área federal” e “área da União” (Saldanha, 2015:122).

Embora Saldanha (2015) tenha apresentado uma reflexão aberta a uma realidade plural, essa concepção de “ponto de vista” ainda reflete certo “epistemologismo”, que se baseiam na premissa da existência de uma realidade “natural” e em várias perspectivas “culturais” sobre ela (Correa,

2016). De acordo com Correa (2016:207), a diferença se dá em termos de ontologia (ou de realidade) e não de cultura (ou representação simbólica). Ontologia, em linguagem filosófica, “define o que pertence ao real, as condições de possibilidade que vivemos” (Mol, 2008:3). Os conflitos ontológicos são conflitos “sobre o que é”, enquanto conflitos epistemológicos, correspondem a conflitos “entre diferentes perspectivas sobre o que já foi estabelecido como existente” (Blaser, 2018:5).

Desenhos ontológicos

Em meu percurso, pude compreender o Morro Santana como esse espaço de multiplicidade que permite a interação entre diferentes entidades (diferentes morros). A proposta de *desenho ontológico* de Escobar, diz respeito a como os diferentes povos e habitantes de cada território desenham seus próprios territórios/mundos no curso do fazimento de suas vidas (Escobar 2017). Inspirado nesse recurso e baseado em algumas experiências ao longo da pesquisa, veremos como se produzem alguns *desenhos ontológicos* do Morro Santana:

Desenho 1: Em uma saída de campo, pesquisadores vinculados aos cursos de biologia ou de geociências caminham pelos campos e matas do Morro Santana, fotografam e catalogam diferentes espécies de fauna e flora, sem ignorar as formações rochosas, e o mapeamento das nascentes, podendo até coletar amostras de solo e de água. A partir dos estudos, realizam cartografias, produzem artigos científicos, estudos de impacto ambiental, etc. Esse conjunto de práticas desenha um Morro Santana estritamente ambiental, como o que está descrito no Atlas Ambiental de Porto Alegre, que exalta “o verde luxuriante” de suas encostas íngremes (Menegat, 2006). O artigo de Frizzo e Porto (1998) também faz uma breve descrição desse Morro Santana:

O Morro Santana reúne em aproximadamente 500 hectares de áreas naturais um dos maiores potenciais de recursos da biodiversidade da flora e fauna de Porto Alegre. Florestas de porte alto e baixo e suas espécies de origem tropical representam os últimos remanescentes da Mata Atlântica no município. Os campos que são relictos de vegetação tiveram origem a partir de rotas migratórias seguidas pelas Angiospermae no sul do continente americano. A pesquisa da flora dos campos e florestas proporcionará o conhecimento deste tipo de vegetação nativa, podendo ser comparada com os outros morros de Porto Alegre (Frizzo, Porto, 1998).

Desenho 2: Em uma visita ao ‘Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo’, uma museóloga, servidora pública responsável pelo atendimento ao público, leva pesquisadores até uma sala. No local estão armazenados e catalogados objetos referentes ao patrimônio arqueológico de Porto Alegre, incluindo os quatro sítios arqueológicos registrados no Morro Santana, resultado de prospecções de solo realizadas nos anos 1990, assim como inventários, plantas e outros registros históricos. Como produto dessas práticas de arqueólogos, museólogos, historiadores e também

antigos moradores, temos o histórico Morro de Sant’Anna, relacionado aos primórdios do povoamento de Porto Alegre. Alguns eventos históricos/coloniais que desenharam esse morro, como a fundação da “Sesmaria de Sant’anna”, por Jerônimo de Ornellas, no século XVIII. Conforme Apolinário Porto Alegre:

“O Morro de Santa Anna é um microcosmo do Rio Grande do passado” – Apolinário Porto Alegre (Gastal, 1995:09).

Desenho 3: No centro de Porto Alegre, ao fim de tarde, adentramos em um ônibus com o letreiro 490 - *Morro Santana*. Dezenas de pessoas apertaram-se e, após cerca de 45 minutos no trânsito, chegamos ao fim da linha. No fim de semana, moradores se organizam para participar de um programa de rádio comunitária, enquanto outros se deslocam até o topo do Morro Santana rumo a uma trilha ecológica. Como resultado tanto de práticas da vida cotidiana, quanto do associativismo comunitário, dentre outras, seus moradores desenharam um Morro Santana periférico. Renato Farias, antigo morador da Vila Protásio Alves, nos ajuda a compreender:

Morro Santana era o nome, era o carinho, era o lugar que a gente desde criança subia, frequentava, sei lá, estava ali de qualquer lugar da cidade... Tu dizia: “ó, lá tá o Morro Santana”. Tá entrando a cidade, tu já enxerga: “é pra lá que eu vou!”. O bairro sempre foi Morro Santana. Se falava: “eu moro na Vila Protásio Alves, no bairro Morro Santana”. Pronto, sempre se disse isso, entende? (Farias, 2023).

Desenho 4: Em uma trilha pela mata, indígenas kaingang coletam ervas medicinais para preparo de chás e remédios do mato, assim como cipó e taquara para confecção de seu artesanato tradicional. Com o plantio de árvores frutíferas e outras plantas consideradas sagradas, os kaingang também realizam o manejo agroflorestal. Quando uma criança indígena nasce, como um procedimento do ritual de batismo, seu umbigo é enterrado na terra, próximo a alguma árvore sagrada. A partir das práticas de cuidado com vidas humanas e não humanas, assim como de experiências de luta territorial como as *retomadas*, é desenhado um Morro Santana ancestral. A cacica Iracema Gah Té apresenta o seu território:

Aqui é nosso território, território do meu vô e da minha avó, dos meus tataravô... É território da geração nossa originária. Eu estou aqui para defender onde está a geração do meu povo e nós, os netos e tataranetos [...]. É um projeto muito grande, é um sonho de uma filha de uns senhores e senhoras que duraram cento e poucos anos, defendendo a natureza, defendendo o seu *bem viver* do povo (Gah Té, 2022).

Design 5: Um conjunto de práticas oriundas tanto do mundo do mercado de investimentos, quanto do mundo estatal desenharam territorialidades baseadas na lógica condominial, denominadas Alto Petrópolis, Jardim Itália e outros nomes associados a empreendimentos privados. Essas territorialidades não se reconhecem como Morro Santana e, muitas vezes, atuam ativamente no sentido da negação da existência dos demais Morros. Algumas práticas, como Estudos de Viabilidade Urbanístico (EVUs), procedimento responsável por avaliar a viabilidade de realização

de empreendimentos urbanísticos, bem como outras ligadas ao mundo da especulação financeira, produzem verdadeiros *territórios do não-ser*, em que “ontologicamente se nega a existência humana e a territorialidade” de determinados grupos sociais, em geral, por meio de práticas de caráter racializante, resultando numa “dupla negação do ser pessoa e do habitar o território” (Mansilla, 2019 *apud* Haesbaert, 2021:211). Tlostanova (2017) conceitua essa categoria de desenho ontológico, como “design negativo”, também chamado de “desenho colonial” por Pereira (2021).

A proposta dos *desenhos ontológicos* de Escobar (2017) nos permite analisar como os habitantes de diferentes territórios desenham, através das práticas, distintos projetos de vida comunitários. Para Mol (2007), a multiplicidade refere-se a mais que uma unidade, mas menos que muitas unidades. A autora apregoa ainda que as realidades não coexistem simplesmente lado a lado, mas também se encontram dentro uma das outras. Até agora, pude capturar a existência de algumas realidades de ‘Morro Santana’ distintas, porém coexistentes (ambiental, histórica, periférica e ancestral), além de outras oriundas do mercado imobiliário que categorizei como “territórios do não-ser”.

Em meu percurso, pude experienciar algumas dessas diferentes realidades e, desde então, meu objetivo tem sido desenredar esses “nós”, buscando compreender onde e como cada um deles se conecta, assim como tramar outras conexões. Mais do que fazer um catálogo de territórios e/ou territorialidades, buscarei avançar no sentido de compreender os entrelaçamentos entre esses diferentes mundos. Atento às (re)existências, buscarei compreender como essas (territo)realidades se inter-relacionam, produzindo alianças e/ou conflitos. Pretendemos compreender como as diferentes formas de ser, estar e praticar o mundo coexistem e possuem pontos de contato, sejam eles “de atrito” (Telles, 2015) ou de sinergia, sustentados por acordos entre *mundos incomuns* (De La Cadena, 2018). É, justamente, evidenciando esses pontos que estaremos mais próximos de compreender realidades tão complexas e multifacetadas. Existem outros mundos/realidades que foram identificados, alguns inclusive decorrentes dos conflitos e interações já mencionados, entretanto para este artigo analisarei apenas alguns deles.

Figura 1 – Ecotrilha no Morro Santana contorna antiga pedreira desativada



Fonte: Ecotrilha no Morro Santana (Dutra, 2016).

Retomada Multiétnica Gãh Ré

Em meio à acirrada conjuntura eleitoral que dividiu o país, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, no dia 18 de outubro de 2022, os povos Kaingang e Xokleng realizaram uma retomada, no sopé do Morro Santana, área que estava ameaçada pela especulação imobiliária (Teia dos Povos, 2022). O terreno tem como cenário de fundo uma pedreira desativada e seu antigo é proprietário José Asmuz, que, também, é empreiteiro e loteador de todo o bairro ao seu entorno (Teia dos Povos, 2022). A empresa Maisonnave, atual proprietária do terreno, projetava um grande condomínio de 11 torres, 714 apartamentos e 865 vagas de estacionamentos, que trariam grandes impactos ambientais (Teia dos Povos, 2022).

De acordo com Gah Té, a Retomada Gãh Ré surgiu com o intuito de “mostrar para os parentes *fógs* (não-indígenas), que estavam se perdendo, o caminho, que é viver com a natureza, por isso foi denominada como ‘multiétnica’”. Desde as primeiras horas da retomada, a cacica, que também é conselheira da Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul, denunciou o avanço dos condomínios em seu território sagrado. Gah Té alertou que os prédios estavam “subindo o morro” e “tirando as árvores nativas” (Gah Té, 2022), e que a retomada territorial buscava beneficiar não apenas o seu povo, mas o futuro de toda sociedade: “pra no futuro ter um ar que nós respiremos. E o condomínio que tão subindo, esse não vai ser ar puro não” (Gah Té, 2022).

Por instrumento dos desenhos ontológicos do(s) Morro(s) Santana, vejamos como o conflito narrado até aqui se complexifica. Trata-se de um conflito localizado na periferia de Porto Alegre, que emergiu em reação ao avanço da fronteira imobiliária em direção a essa região da cidade. Mais

precisamente, a área onde ocorreu a retomada localiza-se no centro de outras inter-territorialidades de Morro Santana: na parte frontal (norte) do terreno, os loteamentos Jardim Ypu e Jardim Itália; à esquerda (leste), as vilas Pedreira e Laranjeiras; à direita (oeste), o Beco Souza Costa, as vilas do Jardim Ipê e os condomínios do Rossi América; aos fundos (sul), a Unidade de Conservação (UC) da UFRGS. Portanto, o conflito emerge numa zona de tensão entre outros desenhos ontológicos do Morro Santana *comunitário* e o próprio panorama de (re)desenho das fronteiras territoriais provocados pela criação de novos *territórios do não-ser*, como o projeto de condomínio da Maisonnave. A nota da Teia dos Povos (2022) destaca que o terreno concentra áreas de mata nativa e cursos d’água, tendo sido no passado uma Área de Preservação Permanente (APP).

Outrossim, observamos que a área faz divisa com a UC da UFRGS, portanto, está ligada diretamente ao desenho *ambiental* do morro Santana. A mobilização contrária à construção do empreendimento tem como protagonistas os povos indígenas Kaingang e Xokleng, que reivindicam o Morro Santana como seu território *ancestral*. Ao argumentar que seus antepassados ali viveram desde tempos imemoriais, a Retomada Gãh Ré também conflita diretamente com aquele Morro Santana *histórico/colonial*. Tomando como ponto de partida o conflito da Retomada Gãh Ré, adentrarei mais afundo em algumas dessas terri-to-realidades, buscando identificar como se produzem “polos de tensão e fricção” (Telles, 2015) e alianças entre diferentes mundos.

Figura 2 – Faixa estendida em frente a Retomada Multiétnica Gãh Ré



Fonte: Autoria própria (2022).

“O Morro Santana é um grande coletivo de coletivos”

Para situar o leitor, retomarei alguns pontos que já foram abordados em meu TCC (Silva, 2021). Apesar de ter sido uma das primeiras áreas a serem habitadas desde a colonização, até a

metade do século XX, o Morro Santana se manteve com características rurais. Devido ao grande crescimento demográfico nas primeiras décadas do século XX, reflexo do aquecimento na economia em geral, se intensifica também o processo de urbanização de Porto Alegre. A região central passa por reformas urbanas que a tornam inviável enquanto local de moradia para famílias mais pobres. Como observa Gastal (1995:25), na década de 1950, empresas loteadoras compram as antigas chácaras do Morro Santana e passam a construir moradias voltadas às classes populares (Gastal, 1995).

Entre os anos 1960 e 1970, em plena Ditadura Militar, a autorização para exploração do Morro Santana pelas pedreiras intensificou urbanização da região. O empreendimento minerário-extrativista deixou como legado a destruição da paisagem, com gigantescas “cicatrices” ou “amputações ecológicas” (Gudynas, 2015), em nome do “desenvolvimento” urbano e do lucro das empresas Depósito Guaporense (cujo proprietário era José Asmuz) e CETENCO Engenharia S.A (Silva, 2021).

Ao caminharmos pelas ruas de diferentes regiões de Porto Alegre, facilmente encontramos fragmentos do Morro Santana. Na pavimentação de ruas, calçadas, meios-fios, na construção de prédios residenciais e históricos, as rochas alaranjadas carregam memórias de sentimentos contraditórios (Philipp, Vargas, Di Benedetti, 2009:66). Lembro-me de uma das primeiras vezes em que subi o Morro, em meados de 2016. De adentrar a cratera e sentir uma mistura de sensações, às vezes contraditórias: do estar tão perto, e, ao mesmo tempo, me sentir tão distante da cidade; de estar dentro do “vazio”, o que provoca um grande mistério a ser desvendado; de um emaranhado de passado, presente e futuro interconectados. Araóz (2020:51) reflete sobre a sensação de anacronia presente em territórios atingidos pela mineração, “como se diferentes tempos convivessem no mesmo espaço de um presente confuso e paradoxal” (Araóz, 2020:51). O “granito Santana” (nomenclatura utilizada pelos geólogos e pela indústria minerária), também conhecido como “pedra Fogo”, para os Kaingang, pode ser considerado um elo material, simbólico e ontológico da relação entre o Morro Santana e o restante da cidade de Porto Alegre.

O regime de trabalho implantado nas pedreiras, porém, constituiu um sistema de moradias precárias em sua área e arredores, como a formação de vilas operárias. Os barracos foram construídos inicialmente pelo proprietário da área, que cedia luz para os trabalhadores, e a água era obtida de poços artesianos (Gastal, 1995:44-47). Nos anos 1980, a partir de mobilizações comunitárias, as pedreiras enfim foram desativadas. Dentre as reclamações dos moradores estavam a recorrência de quebra vidros das casas, rachaduras de paredes, o pó que prejudicava a saúde dos moradores, além da devastação da paisagem do Morro Santana (Silva, 2021).

O abandono dessas áreas por parte de seus proprietários, somado ao crescente êxodo rural, contribuiu com a multiplicação das ocupações. É nesse contexto que surgem as vilas Nova Pedreira,

Laranjeiras e Nova Tijuca, num período de efervescência política, quando predominava uma cultura de luta e participação comunitária. Por ser uma área irregular, o poder público se negava a garantir os direitos básicos. Os moradores se organizaram em torno de associações comunitárias e clubes de mães, conquistando, assim, o serviço de coleta de lixo, a construção de creches e de postos de saúde (Gastal, 1995:44-47).

Maréchal (*et al.*, 2022) aponta que conforme relatos orais da memória coletiva dos Kaingang, antes de 1740 já se registrava presença indígena no Morro Santana. Dona Tereza, conta que conhecia o Morro desde criança, já que vinha com o pai desde que tinha 7 anos. Hoje, com 74 anos, relata que seu avô e seus pais caminhavam até o morro para vender cestaria e que lá se encontravam sempre com outros indígenas: “naquele tempo a região era que nem colônia, tinham poucas casas e várias fazendas onde é hoje a Vila Safira, o Jari e Morro Santana” (Dona Tereza, Morro Santana, 2010, apud Saldanha, 2015:111).

Nos anos 1980, cerca de 50 famílias Kaingang saíram da Terra Indígena Nonoai, após uma série de desentendimentos com as lideranças, e chegaram à região de Porto Alegre, retornando sobre os passos dos seus ancestrais. Ao chegarem na região, estas famílias acampam no entorno do Morro Santana, mais especificamente nas vilas Jari, Passo Dorneles e Agronomia, dando também origem à Vila Safira. Nesse período, passam a se organizar enquanto movimento, mobilizando-se em defesa da demarcação da Terra Indígena do Morro Santana (Maréchal *et al.*, 2022).

Portanto, entre a década de 1980 e outubro de 2023, quando nasceu a Retomada Gãh Ré, parte dos Kaingangs do Morro Santana ficaram desaldeados, morando justamente nas periferias do entorno do morro. A situação de desterritorialização impedia que os indígenas conseguissem exercer o seu modo de vida tradicional de forma plena e, além disso, os sujeitava à precariedade e exposição a inúmeras violências, como ameaças por parte de grupos ligados ao narcotráfico. O núcleo familiar de Gah Té, por exemplo, estava sofrendo com um processo de reintegração de posse em uma das vilas onde outra construtora buscava construir condomínios (Teia dos Povos, 2022).

Em conversa com moradores de diferentes partes do Morro Santana (Vila das Laranjeiras, Vila Tijuca, Vila Estrutural, Vila Jardim Protásio Alves), muitos relataram conhecer e apreciar a presença da comunidade kaingang há várias décadas (Maréchal *et al.*, 2022). Com o surgimento da Retomada, alguns vizinhos formaram uma importante rede de solidariedade denominada “Amigos da Retomada”, que, junto de coletivos locais, como a Resistência Popular, o Coletivo Mães da Periferia e o Preserve Morro Santana contribuíram com o fornecimento de doações, participando de atividades públicas, e divulgando a luta da comunidade nas redes sociais.

Desta forma, moradores de diferentes territorialidades de Morro Santana (vilas, loteamentos, aldeia indígena) (re)desenham ontologicamente o(s) Morro(s) Santana(s) através das lutas populares e formas de resistência cotidiana. As alianças e conflitos são inerentes à coexistência desses

diferentes mundos. Em maior ou menor grau, são agenciadas e negociadas entre os atores no dia a dia, contam com a solidariedade e com táticas de ação direta popular, capazes de tensionar a correlação de forças e conquistar direitos, garantindo que o(s) morro(s) continue(m) (co)existindo. Aqui o conceito de território se amplia numa “aliança complexa”, entre os que compartilham diferentes morros, em defesa da continuidade da vida (não sem disputas e contradições).

Figura 3 – Coletivos locais organizam manifestação na pedreira Asmuz



Fonte: Repórter Popular (2021)².

Por muitos anos, a região foi considerada oficialmente como “área sem denominação” localizada entre os bairros Agronomia, Jardim Carvalho e Mário Quintana (Marocco; Scmazzon, 2015). O poder público enquadrava essa área nas denominadas “zonas indefinidas” da cidade. Somente em 2015 ocorreu o reconhecimento oficial do Morro Santana como um bairro da cidade de Porto Alegre, com aprovação da “Nova Lei de Bairros” pela Câmara de Vereadores.

O reconhecimento oficial do Morro Santana é importante, pois legitima a autodeterminação histórica dos habitantes desse território. Ao mesmo tempo, veremos que é uma definição que não abrange as outras complexas territorialidades existentes no local. Por exemplo, ao sobrepormos o desenho ambiental do morro Santana e a área delimitada pela Prefeitura de Porto Alegre como bairro oficial “Morro Santana”, também veremos uma grande discrepância. O bairro, abrange pouco menos de 1/3 do “morro” como unidade geológica. Ao traçarmos uma linha imaginária contornando todo o morro, incluiremos também os bairros Jardim Carvalho e Agronomia, em Porto Alegre, além de outros bairros de Viamão.

² Disponível em: <https://reporterpopular.com.br/o-morro-mora-comunidade-organiza-abraco-a-pedreira/> - Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Figura 4 – Delimitação do Bairro Morro Santana



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2013).

Esse enquadramento de Morro Santana como bairro, nos remete a uma das “armadilhas (analíticas) do território” propostas por Haesbaert (2021:232), mais especificamente aquela que “reduz o território a uma concepção de poder e a uma única escala geográfica”. Essa armadilha de território apenas como “território zonal do Estado” com uma espacialidade rigidamente definida, “restrita à zonalidade de suas fronteiras político-administrativas” (Haesbaert, 2021:232). Podemos refletir que as demandas por reconhecimento oficial do Morro Santana partem de seus habitantes, de uma concepção de território como *categoria da prática*. Entretanto, ao passo que ocorre essa formalização e/ou institucionalização do bairro ‘Morro Santana’, somos levados a uma armadilha ontológica, ou, de acordo com Haesbaert (2021:235) a uma “cilada do poder estatal” que reduz o Morro Santana àqueles limites rigidamente estabelecidos pelo poder público municipal.

Como afirma Letícia Nascimento, integrante do Coletivo Mães da Periferia: “o Morro Santana é um grande coletivo de coletivos”. Conforme Escobar (2015:93): “ao interromper o projeto globalizador neoliberal de construir Um Mundo, muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e campesinas podem ser vistas como adentrando *lutas ontológicas*”.

[...] ao apostar na diferença ou ao referir-se a identidade e, especialmente [...] ao insistir no exercício de sua autonomia - em todas essas expressões encontramos que em muitos dos movimentos denominados etno-territoriais (na Colômbia, principalmente afrocolombianos e de povos indígenas; talvez a esses poderíamos agregar alguns movimentos campesinos e ecologistas) enfatizam outra dimensão, a dimensão da vida, ou dimensão *ontológica* (Escobar, 2015:92).

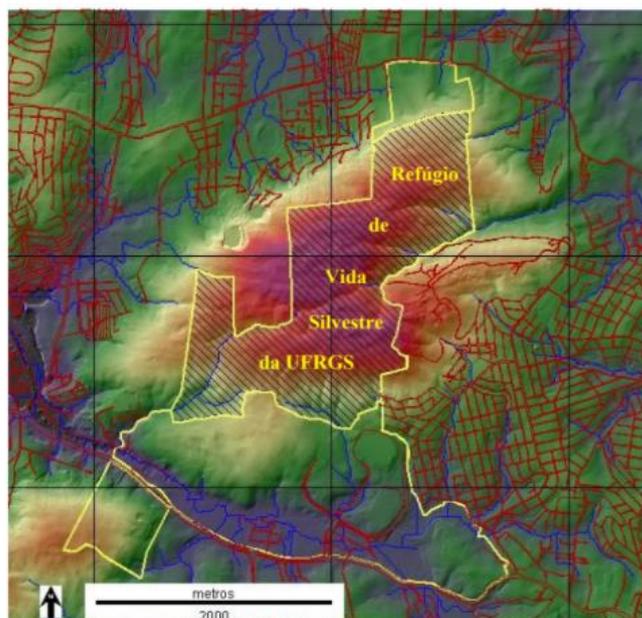
morro Santana (com ‘m’ minúsculo)

Dentre os agentes que exercem maior poder sobre o ambiente “natural” do Morro Santana, podemos elencar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que detém 658,67 hectares de terras do Morro Santana (cerca de 60% de sua área total), onde se situa o Campus do Vale. Em 1910, foi inaugurado o Instituto de Agronomia e Veterinária, na Estrada do Mato Grosso (atual avenida Bento Gonçalves), face sul do Morro Santana. Embasado no Plano Gladosch (1939) (Canez, 2006), uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Reitoria da UFRGS. Foi elaborado o “Plano Piloto da Cidade Universitária de Porto Alegre”, que previa a construção da Cidade Universitária em uma área de aproximadamente 400 hectares, no Morro Santana, já ocupado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária. A ideia não era a construção imediata dos prédios, mas a garantia de que na área não se permitisse nenhum empreendimento público ou particular que pudesse impossibilitar a expansão da área física da Universidade (UFRGS, 2014).

O Morro Santana faz parte de uma cadeia de morros graníticos na região de Porto Alegre, inserida na porção mais nordeste da Serra do Sudeste. É o ponto mais alto de Porto Alegre, com 311m de altitude e está localizado a 12 km de distância do centro da cidade, entre os paralelos 30° 02’ 14” e 30° 04’ 45” S e meridianos 51° 06’ 33” e 51° 08’ 35” E. Tem como limites as avenidas Protásio Alves ao norte, Bento Gonçalves ao sul, Antônio da Carvalho ao leste, e o município de Viamão a oeste (Miranda, 2014:15).

Dentro do território da Universidade, existe uma área de 321,12 hectares, na qual está prevista a implantação de uma Unidade de Conservação (UC), no modelo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), de acordo com a Decisão nº 243/2006 do Conselho Universitário da UFRGS, conforme as imagens abaixo:

Figura 5 – Área de abrangência do Refúgio de Vila Silvestre da UFRGS (REVIS)



Fonte: UFRGS (2008).

Um dossiê elaborado para implementação da UC Morro Santana (UFRGS, 2008) pontua que o planejamento de áreas de conservação deve contribuir para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre de maneira compatível com as vocações naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida às populações do entorno. O estudo realizado pela UFRGS também ressalta a importância da preservação do morro para manutenção da temperatura da área urbana, formando de “ilhas de frescor”. O dossiê prevê a construção de um “Plano de Manejo Participativo”, que como beneficiários diretos estão segmentos da comunidade universitária da UFRGS, bem como a “população urbana do entorno constituída pelas vilas Santa Isabel, Jary, Safira, Agrovét, Ipê, Cefer e Brasília” (UFRGS, 2008). No entanto, na prática, como será que a Universidade e seu o projeto de UC vêm se relacionando com as outras realidades de Morro Santana existentes? (Silva, 2021).

Em um vídeo produzido em 2018³¹, junto a projetos de extensão da UFRGS e ao Coletivo Visão Periférica, questiona-se aos estudantes da Universidade: “você conhece o Morro Santana?”, e ,ao mesmo tempo, aos moradores do Morro Santana: “Você conhece a UFRGS?”. As respostas obtidas, em sua maioria, demonstraram um desconhecimento mútuo e uma evidente contradição. Embora o Campus do Vale esteja situado no topo do Morro Santana, e a UFRGS seja proprietária da maior parte dessas terras, a população residente em parte das vilas do Morro Santana tinha pouco conhecimento a respeito do que é a Universidade. Ao mesmo tempo, os estudantes da UFRGS desconheciam o fato de o Campus estar situado no Morro (logo, não se sentiam pertencentes ao Morro). Uma exceção seria aqueles estudantes de cursos de biologia e geociências, que conhecem um morro Santana estritamente “ambiental”, devido às saídas a campo para estudo da vegetação. Evidentemente, esse experimento não teve o intuito de ser uma pesquisa quantitativa, mas fez parte da pesquisa exploratória que ajudou a chegarmos ao problema de pesquisa atual.

Embora a definição ambiental do morro Santana abarque todo o seu contorno geológico e a sua biodiversidade, ainda se baseia numa “ontologia dualista”, que opõe natureza e sociedade. Essa lógica pode ser observada inclusive nos estudos que levaram a instituição da UC Morro Santana e impactará o modo pelo qual a Universidade irá gerir essas terras e relacionar-se com a população do entorno. As disputas territoriais envolvendo a UFRGS e as comunidades do Morro Santana são recorrentes ao longo dos anos, como podemos verificar nos seguintes conflitos (Silva, 2021:67).

a) A repressão à tentativa de retomada do território tradicional Kaingang, em 2010:

Em 2010, houve uma tentativa de retomada do território tradicional Kaingang de uma área do Morro Santana pertencente à UFRGS, em protesto ao desmatamento de uma área cujo destino seria a construção do Parque Tecnológico. A ação foi reprimida com uma reintegração de posse e intervenção policial, porém acarretou na conquista o direito de acesso à área aos indígenas para coleta de matéria-prima (Fiocruz, 2010 *apud* Silva, 2021:67).

3 O vídeo pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/watch/?v=498950460939920> - Acesso em: 10 maio 2023.

b) A tentativa de fechamento da passagem entre o Campus do Vale e a Vila Santa Isabel, em contexto de cercamento do campus, em 2010:

Em 2010 a UFRGS decidiu cercar o Campus Vale com a justificativa de ‘segurança’, a medida acarretaria no fechamento da passagem entre o Campus e Vila Santa Isabel (Viamão), impedindo a população de acessar o terminal de ônibus presente no Campus e tendo como opção somente os coletivos de Viamão, em que a passagem era R\$ 0,40 mais cara. Após protestos e uma articulação entre os moradores e estudantes da Universidade a Reitoria desistiu de cercar o acesso (Rádio Guaíba, 2010 *apud* Silva, 2021:67).

c) A tentativa de remoção da comunidade Vila Boa Esperança, em 2016:

Em dezembro de 2016 a UFRGS moveu um processo de reintegração de posse contra 96 famílias que ocupavam uma área desde 1960, antes mesmo da Universidade tomar posse da área. Após uma luta que envolveu moradores, estudantes e movimentos sociais a comunidade conseguiu derrubar a ação de reintegração de posse (Repórter Popular, 2019 *apud* Silva, 2021:67).

Exposto isso, podem ser verificadas algumas relações conflituosas em que a Universidade atuou, institucionalmente, num primeiro momento, como um agente estatal qualquer, porém, em função das mobilizações das comunidades, estudantes e professores, recuou em relação ao posicionamento inicial (Silva, 2021:68). Elencamos alguns conflitos que, sob justificativas de contenção das “invasões” e proteção do ambiente “natural” do Morro Santana (leia-se em defesa da soberania territorial da Universidade), ocorreram contra outros agentes, os quais também coexistem e vivem o Morro. Por exemplo, as tensões entre comunidade indígena Kaingang e agentes do Estado, recorrentes em territórios onde há a sobreposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Schweig, 2014).

Territórios do não-ser

O avanço de uma nova etapa da urbanização de Porto Alegre ameaçaria a coexistência entre as diferentes realidades existentes no Morro Santana referidas até agora. Decorrente da relativa proximidade do morro com a região central de Porto Alegre (devido às avenidas Protásio Alves e Bento Gonçalves, que são vias de acesso ao centro), num processo paralelo à multiplicação das vilas na localidade, desdobrou-se o avanço da fronteira imobiliária em direção ao morro (Silva, 2021). A chegada dos condomínios verticalizados na região ocorreu entre os anos 1980 e 1990, transformando a paisagem (Gastal, 1995), acarretando aumento da densidade habitacional e atraindo uma nova classe social, conseqüentemente “ameaçando a permanência das famílias locais” (Jachetti, 2016:2). Em relação aos empreendimentos imobiliários no Morro Santana, Silva (2021) apontou que o convívio de grandes empreendimentos imobiliários ao lado de comunidades pobres produz “polos de tensão e fricção”, que estão relacionadas às distintas experiências urbanas vividas

dentro dos condomínios (e dos empreendimentos comerciais) e às vividas pelas comunidades pobres da região (Silva, 2021):

Existem projetos que já foram construídos, outros serão construídos em breve – e dependem de algum tipo de autorização legal – e outros que ainda são apenas rumores a respeito de sua construção. Em relação aos últimos, ainda que não tenham sido concretizados, muitas vezes se tornam fonte de ansiedade na região, principalmente para os moradores das comunidades, que conhecem os possíveis conflitos que podem acontecer, como outros que já ocorreram ao longo do tempo no Morro Santana e em outras partes da cidade (Silva, 2021:28).

Por outro lado, existem outras territorialidades presentes no espaço, associadas geralmente às áreas com mais acesso à infraestrutura urbana, como: Jardim Itália, Alto Petrópolis, Jardim Protásio Alves etc. Essas localidades, associadas aos agentes privados da especulação imobiliária, tentam, a todo custo, negar a existência do morro. Esses grandes projetos de empreendimentos comerciais e residenciais, capitaneados por políticos e empresários, buscam a destruição de toda e qualquer possibilidade de diferença para a imposição do modelo hegemônico e homogêneo de cidade. As forças da especulação imobiliária, da cidade capitalista, da modernidade, vão no sentido do “não-morro” ou do “não lugar”, porque, em última instância, buscam aniquilar outras formas de coexistência do Morro Santana (como área natural, como lugar de memória, como território tradicional etc.).

A nota da Teia dos Povos (2022) chama atenção para o terreno da Maisonave, que fazia parte de uma Área de Preservação Permanente (APP), porém passou por um “ajuste de limites” que acabou o transformando numa “área de ocupação intensiva”, autorizando a construção no local. Analisando o Estudo de Viabilidade Urbanística do empreendimento, obtido por interposto do SEI, descobrimos que, ao longo de quarenta anos, foram várias idas e vindas em relação à aprovação do condomínio, incluindo modificações em seu formato, número de pavimentos, apartamentos, dentre outros aspectos. Todo esse percurso no sistema burocrático da prefeitura chegou em 2011, com um projeto de condomínio vertical com 10 torres para 2500 habitantes. Após aprovação via Projeto Especial, o empreendimento chegou a receber Licença Prévia em 2018. A implantação do projeto estava prestes a ocorrer quando a Retomada Gãh Ré emergiu, em outubro de 2022, abrindo a “caixa-preta” a respeito da área.

A análise dos documentos nos levou a refletir sobre como o desenho *ambiental* do morro Santana pode esbarrar, colidir, limitar e/ou sobrepor os demais desenhos ontológicos. As características naturais (como altura, inclinação, tipo de vegetação, tipo de solo, existência de córregos, etc) impactam as normas técnicas do regime urbanístico, distinguindo as chamadas “áreas verdes” (ou áreas de ocupação extensiva) das áreas sujeitas a urbanização (ou áreas de ocupação intensiva). Entretanto, os fatores *ambientais* não foram suficientes para impedir a aprovação do projeto habitacional em nenhuma das hipóteses. Pelo contrário, em todas as tentativas, a legislação

municipal foi alterada, e as normas ambientais flexibilizadas buscando adequação aos interesses do empreendedor. Entre 1981 e 2011, de acordo com o próprio empreendedor, o empreendimento só não foi executado por falta de “viabilidade econômica”.

Morro Santana como território tradicional Kaingang

Um outro desenho ontológico é produzido por conta das reivindicações do Morro Santana como território tradicional Kaingang. Esse desenho rompe com o dualismo natureza/sociedade e com as fronteiras do agenciamento e da regulação dos municípios, a partir do resgate da ancestralidade e da cosmovisão originária. Segundo a liderança político-espiritual (*Kujà*) Kaingang Iracema Gah Té, “esse morro é sagrado pra nós” (Gah Té, 2021 *apud* Silva, 2021).

Há décadas, as comunidades Kaingang do Morro Santana, através da *Kujà* (líder espiritual) Gah Té, vêm denunciando as constantes ameaças de destruição de seu território sagrado, na forma de novos condomínios, velhas pedreiras, incêndios e ampliação de avenidas. Para os Kaingang, o Morro Santana é sagrado por conta de seus antepassados que foram enterrados ali há gerações, das casas subterrâneas que foram construídas nesse território e dos umbigos de seus filhos e netos que também estão enterrados naquele solo. As araucárias, espécie sagrada para a cultura Kaingang, foram derrubadas e, em seu lugar, foram introduzidas espécies exóticas, como pinus e eucalipto (Teia dos Povos, 2022).

Em relação à presença indígena na região, é possível afirmar, a partir de relatos orais, que a região era habitada e frequentada pelos povos indígenas desde tempos imemoriais. Denominada em Kaingang como *Goj Kÿ Fã Tũ* (água ou curso d'água sem fim) a bacia hidrográfica do Guaíba, assim como a Laguna dos Patos, faz parte do território ancestral do povo Kaingang. Essa região faz parte do “pé” do vasto território que se estende, no atual estado do Rio Grande do Sul, até a região do Alto Uruguai, onde hoje estão as maiores Terras Indígenas do estado (Maréchal *et al.*, 2022). Pela localização geográfica favorável do Morro Santana (ponto mais alto da cidade, com nascentes e córregos de diversos arroios), inferimos que tenha sido um local importante e estratégico “para todos os grupos humanos que passaram pela região” (Maréchal *et al.*, 2022:15). A região onde hoje é a cidade de Porto Alegre pertencia ao caminho que conectava o litoral com interior do continente, conhecido como “*Tape*”, rota de passagem e/ou o estabelecimento de grupos humanos há aproximadamente 12.000 anos (Catafesto de Souza, 2008).

O povo Kaingang interage com a mata do Morro Santana em virtude de um profundo e intuitivo conhecimento sobre sua biodiversidade, relacionando-a à manutenção do “equilíbrio das coisas” (Gah Té, 2018). Gah Té apresenta como se dá a inter-relação entre a terra, os morros, os matos e os seres humanos: “a terra tá em equilíbrio com os morro, a terra tá em equilíbrio com os mato. Até gente, ser humano veio da terra, então a gente não vai viver sem a terra, não vai viver sem o mato” (Gah Té, 2022).

Escobar (2015:96) ressalta alguns aspectos-chaves de muitas ontologias relacionais, na qual os territórios são espaços-tempos vitais de toda comunidade de homens e mulheres em inter-relação com o mundo natural que os circunda e, na mesma proporção, os constitui. Nessa perspectiva, o terreno da política se abre aos não humanos: “Quando se está falando de uma montanha, ou uma lagoa ou rio, como ancestral ou como entidade viva, se está referenciando uma relação social, não uma relação de sujeito a objeto. Cada relação social com não-humanos pode ter seus protocolos específicos, mas não são (ou não apenas são) relações instrumentais e de uso” (Escobar, 2015:96).

O conceito de “bem viver”, que aparece recorrentemente nas falas de Gah Té, é inspirado na cosmo-ontologia de muitos mundos indígenas na América Latina, e de acordo com Acosta (2016:31), se apresenta como uma “oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida”:

Nós, povo Kaingang, entendemos que a terra é para todos morar: o *bem viver* da família. Faz 40 anos que estamos aqui, e graças a Deus que convívio de *bem viver* com meu povo, com meus netos, filhos, sobrinha e ninguém ainda não perdeu sua cultura. Pelo respeito familiar, por respeito da natureza, que por acaso que nós, mãe e vó ensinemos desde pequeno: amam a mãe natureza, que a natureza que é mãe terra, ela dá tudo para nós (Gah Té, 2022).

Acosta (2016:18-19) argumenta que o *Bem Viver* tem potencial de transformar “as cidades convertidas em gigantescas máquinas de desolação e, em muitos casos, morte” a partir de uma “autêntica democratização do poder”. Para isso, o autor propõe a construção de “uma horizontalidade do poder, sustentada na democracia e na ação diretas, e também na autogestão” a partir das bases sociais no campo e na cidade, nos bairros e nas comunidades (Acosta, 2016:18-19).

A cacica Gah Té enfatiza o caráter multiétnico do território, explicando que a Retomada Gãh Ré retomada buscava beneficiar o futuro de toda sociedade. Em relação a essa questão, soma-se ainda o fato de que a aldeia, embora seja liderada pelos Kaingang, conta, desde o início, com a presença de indígenas de outras etnias (como Xokleng e Guarani) os quais mantêm relações de parentesco com os Kaingang, além da presença cotidiana dos *fóg* (não indígenas) de diferentes etnias (como outros moradores do Morro Santana, estudantes da Universidade etc). Esse caráter multiétnico também pode ser compreendido como uma expressão da ontologia Kaingang. Como observam Marechal e Hermann (2018), as práticas do xamanismo Kaingang apresentam um profundo “caráter político”, ancorado no desejo dos Kaingang da existência de um “futuro compartilhado” entre mundos:

A capacidade de transpassar mundos implica também a existência de um universo sem divisões categóricas entre mundos, sendo todos eles permeáveis e em constante relação. Os mundos invisíveis tanto quanto o mundo dos *fóg* (brancos) compõem o território kaingang. (Marechal; Hermann, 2018).

Considerações finais

Nos tópicos acima, observamos como as linhas, contornos e fronteiras territoriais do Morro Santana são decorrentes de disputas e de jogos de poder, que determinam o que está “dentro” e o que está “fora” de cada desenho ontológico. Essas hierarquizações heterogêneas e transitórias ao longo do tempo e do espaço – que às vezes ampliam, às vezes recuam, às vezes se confundem com definições oficiais, informais, “biológicas” ou “geomorfológicas” – resultarão na multiplicidade de formas de produzir “Morro Santana”. São “diferentes performances, diferentes realidades que coexistem no presente” (Mol, 2008:10).

Pude transitar entre essas diferentes realidades e formas de “Morro Santana”, que coexistem e afetam umas às outras. Mas onde e como elas se encontram? Dentro das disputas territoriais do Morro Santana, percebemos diferentes reivindicações que se sobrepõe, por exemplo, à luta pela demarcação da Terra Indígena do Morro Santana e à criação de uma Unidade de Conservação. Pesquisadores responsáveis pela gestão ambiental da Unidade de Conservação, ao compreenderem o Morro somente em sua dimensão “física”, deverão implantar uma política de conservação restritiva à possibilidade de outras realidades no morro. Em relação à Universidade, embora seja proprietária de boa parte das terras do morro, trata-se de uma instituição pública na qual há uma margem, ainda que limitada, para a defesa e disputa de desenhos plurais. Diversos agentes buscam esse tensionamento, seja por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, ou de estruturas de democracia interna (diretórios e centros acadêmicos, conselho universitário etc). O programa de extensão Preserve Morro Santana vem trilhando esse caminho, por exemplo; assim como a gestão atual do Diretório Central de Estudantes (DCE) autodenominada “Retomada Popular”, formada por um coletivo de estudantes indígenas.

Em 2022, em função do conflito envolvendo a Retomada Gãh Ré e a empresa Maisonnave, vários setores da UFRGS (DCE, movimento estudantil, professores, etc.) mobilizaram-se ativamente em solidariedade à Retomada. Um pré-laudo antropológico (Maréchal *et al.*, 2022) foi realizado por grupos de pesquisa e extensão da UFRGS, sendo utilizado pelo Ministério Público Federal (MPF) como defesa jurídica da comunidade. São exemplos de “alianças complexas” (De La Cadena, 2018:113), porém possíveis, entre diferentes realidades, em defesa da continuidade da coexistência de múltiplos Morros: “Essas alianças são, no entanto, complexas. Ocupando o mesmo espaço” e “convergem na rede por meio de acordos que não impedem as diferenças (De La Cadena, 2018:113).

A “epistemologia oficial da modernidade” se constitui a partir da “imposição da realidade única” e da “expropriação ontológica de outras formas de ser e de saber, formas alternativas de viver, de sentir e de habitar o mundo” (Araóz, 2020:51). O avanço inexorável do “progresso” arrasa

práticas ancestrais, o furor do consumo e o crescimento “invade solos e subsolos, corpos e almas, as fontes de água os sonhos e os céus” (Araóz, 2020:43-46). A racionalidade e a objetividade cartesiana impõem sua lógica aos mundos, medindo, catalogando, particionando, parcelando, em suma, fragmentando cada pedaço do lugar e do território.

A Retomada Gãh Ré surgiu no Morro Santana como uma reação à imposição do que Escobar (2016) denomina Mundo Único, o qual se materializa por intermédio da construção de empreendimentos imobiliários no território ancestral Kaingang. A cacica Gah Té (2022) reflete sobre os contrastes entre a ontologia Kaingang do *bem viver* e o que ela chama de “viver na caixinha”. De acordo com a cacica (2022): “cada povo tem seu quinhão, uns querem viver na caixinha”. A “caixinha”, aqui pode ser compreendida, tanto como uma crítica à propriedade privada, em que, ainda em suas palavras, se precisa “pagar mais conta” e “não tem onde olhar” (pelas janelas pequenas), como também às limitações ontológicas das “caixinhas” (de pensar e praticar) que emergem e reforçam tal modo de ser *moderno*. A cacica atribui a ideia de *bem viver* ao modo de ser kaingang, relacionado ao cuidado, ao respeito e à comunidade: “nossa vida é assim, viver cuidando [...] Eu e a minha comunidade entramos aqui pra cuidar”. Percebe-se que ela faz referência à “família”, porém, em sentido distinto do conceito moderno que a localiza no âmbito privado, pois Gah Té logo complementa, enfatizando o “compartilhar” com outros mundos: “pelo *bem viver* da família, compartilhando pra quem quiser aqui” (Gah Té, 2022).

Por fim, busquei aqui apresentar algumas reflexões a partir das concepções da ontologia política dos territórios (Escobar, 2015), que serão aprofundadas na dissertação de mestrado em andamento do autor deste estudo. Essa abordagem parte do reconhecimento da existência de múltiplos mundos os quais, ainda que se afetando, se limitando e/ou se possibilitando, não podem ser completamente reduzidos uns aos outros. Apesar de compreendermos como inerente ao(s) território(s) a presença de alianças, tensionamentos, conflitos e disputas entre os múltiplos desenhos ontológicos o(s) produzem, percebemos que essa heterogeneidade está ameaçada pela imposição de um desenho moderno-colonial-capitalista. Há uma colisão entre a imposta ontologia do Mundo Único (o “viver na caixinha”) que produz verdadeiros “territórios do não-ser”, e a (co)existência de uma multiplicidade de mundos/morros.

É a partir das interações e das inter-relações entre os diversos seres e comunidades (humanas e não-humanas) que habitam, neste caso o(s) Morro(s) Santana, que se condiciona a criatividade, e portanto, a possibilidade de promover mudanças. A Retomada Gãh Ré mostra-se como um exemplo de abertura ontológica, pois ao se constituir como “multiétnica”, abre as portas para o *pluriverso*. Como Escobar (2015:97) argumenta, lutas como essa se inspiram no princípio zapatista de “um mundo em que caibam muitos mundos”, ou, em nosso caso, na possibilidade de que “muitos morros” possam seguir (co)existindo.

Referências

- ACOSTA, Alberto (2016), *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo, Autonomia Literária; Elefante.
- ARÁOZ, Horacio Machado (2020), *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo, Editora Elefante.
- BLASER, M. (2018), “Uma outra cosmopolítica é possível?”. *Revista De Antropologia Da UFSCar*, v. 10, n. 2, pp. 14-42 [Consult. 10-09-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.52426/rau.v10i2.243>
- CANEZ, Anna Paula (2006), *Arnaldo Gladosch: o Edifício e a Metrópole*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio (2008), “Territórios e povos originários (des)velados na metrópole de Porto Alegre” in Porto Alegre, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. *Povos indígenas na bacia hidrográfica do Lago Guaíba*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, p. 14-24.
- CORRÊA, Diogo Silva, (2016), “Exorcizando o simbolismo”, in O. Von der Weid e F. Vandenberghe (orgs.). *Novas Antropologias*. Rio de Janeiro, Três pontos, v. 1, pp. 210-217.
- DE LA CADENA, Marisol (2018), “Natureza incomum: histórias do antrope-cego”. *Revista do instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, pp. 95-117 [Consult. 10-09-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p95-117>
- ESCOBAR, Arturo (2015), “Territorios de diferencia: la ontología política de los ‘derechos al territorio’”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100 [Consult. 10-09-2023]. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>
- ESCOBAR, Arturo (2017), *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*. Buenos Aires, Ed. Tinta Limón.
- FARIAS, Renato, (2023), *Entrevista* [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.
- FRIZZO, Taís Cristine Ernst; PORTO, Maria Luiza (1998), “Flora ilustrada da vegetação da futura reserva ecológica do Morro Santana, Porto Alegre, RS”. *Anais. X Salão de Iniciação Científica – 1998*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- GAH TÉ, Iracema Nascimento et al. (2018), *História e cultura Kaingang: Morro Santana, borboleta e a importância da natureza*. Porto Alegre.
- GAH TÉ, Iracema Nascimento (2022), *Entrevista* [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.
- GASTAL, Susana (1995), *Memória dos Bairros: Morro Santana*. Porto Alegre, Unidade Editorial Porto Alegre, 1995.
- GUDYNAS, Eduardo (2015), *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. CEDIB, Centro de Documentación e Información Bolivia.
- HAESBAERT, Rogério (2021), *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense.
- JACHETTI, Samuel Tibola (2016), *Reurbanização no Morro Santana*. 2016. 20f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MARÉCHAL, Clementine; QUINTERO, Pablo; MAGALHÃES, Alexandre; BRANDALISE, Guilherme, RODRIGUES, Milena; SILVA, Luis Gustavo; VALDEZ, Ramiro; HEINECK, Eduarda (2022). *Nota Técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre*.

- MARÉCHAL, Clémentine Ismérie; HERMANN, Herbert Walter. “O xamanismo kaingang como potência decolonizadora”, *Horizontes Antropológicos*, v. 51, 2018, pp. 339-370 [Consult. 20-09-2023]. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/2314#tocto1n2>
- MAROCCO, Marco Aurélio; SCOMAZZON, Carlos (2015), Câmara aprova projeto que cria 15 bairros e altera delimitações. *Câmara Municipal de Porto Alegre*.
- MENEGAT, Rualdo (coord.) (2006), *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. 3. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- MIRANDA, Macklaine M. S. (2014), “Identificação das Unidades de Paisagem de Porto Alegre”, in *IX Colóquio Quapá Sel*, 25 a 26 de agosto de 2014, UFES-FAUUSP-QUAPÁ, UFES, Vitória, Espírito Santo, 2014.
- MOL, Annemarie (2008), “Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas”, in J. A. Nunes e R. Roque (orgs.): *Objetos Impuros. Experiências em estudos sociais e ciência*, pp. 63-174. Porto, Edições Melhoramentos.
- NASCIMENTO, Letícia (2023), *Entrevista* [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.
- PAULON, Simone M.; ROMAGNOLI, Roberta C. (2010), “Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos”. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 10, n. 1, pp. 85-102 [Consult. 20-09-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.12957/epp.2010.9019>
- PEREIRA, Gustavo R. (2021), “Os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e a paisagem, no Extremo-Norte do Espírito Santo”, in *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 20º, 12 a 17 de julho de 2021, UFPA – Belém, PA, CP07 - Sociologia Ambiental e Ecologia Política. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PHILIPP, Ruy P.; VARGAS, Jacira A.; DI BENEDETTI, Verônica (2009), “A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade”. *Pesquisas em Geociências*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, pp. 59-77 [Consult. 20-09-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.22456/1807-9806.17875>
- QUIJANO, Aníbal (2005) “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”, in E. Lander (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO.
- SÁ JUNIOR, Luiz César (2016), “Philippe Descola e a Virada Ontológica na Antropologia”, in F. Vanderberghe e O. V. D. Weid, *Novas Antropologias*. Rio de Janeiro, Terceiro ponto.
- SALDANHA, José Rodrigo Pereira (2015), *Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCHWEIG, Ana Letícia Meira (2014), *Territorialidade e relações sociocosmológicas Kaingang no Morro Santana, Porto Alegre, RS*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- SILVA, Luís Gustavo Ruwer (2021), *Não tinha água para tomar quem dirá para controlar o fogo: conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- TEIA DOS POVOS (2022), Indígenas Kaingang e Xokleng retomam território ancestral no Morro Santana, em Porto Alegre, *Teia dos Povos* [Consult. 10-05-2023]. Disponível em: <https://teiadospovos.org/indigenas-kaingang-e-xokleng-retomam-territorio-ancestral-no-morro-santana-em-porto-alegre/>
- TELLES, Vera da Silva (2015), “Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 1, pp. 15-41.
- TLOSTANOVA, M (2017). *On decolonizing design*. Design Philosophy Papers.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) (2014), 1954 – 1964: Pesquisa e Universidade. *UFRGS 80 Anos* [Consult. 13-05-2023]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/80anos/1954-1964/#>

Silva, Luiz Gustavo R. (2023), “Entre o ‘bem viver’ e ‘viver na caixinha’ – Conflitos ontológicos no Morro Santana, em Porto Alegre, RS”. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 10, n. 3, pp. 73-95.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) (2008), *Dossiê elaborado para a implementação da Unidade de Conservação*. Porto Alegre, 2008. [documento não publicado].

Recebido em 31-05-2023

Modificado em 11-10-2023

Aceito para publicação em 15-11-2023